



## **RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Patricia de Araujo<sup>1</sup>  
Denise Gregory Trentin<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A pesquisa foi realizada com alunos com deficiência auditiva da rede pública de Santo André, utilizou-se como ponto de partida a dificuldade dos professores de Geografia da sala regular em ensinar os alunos com Deficiência Auditiva. O objetivo foi propor recursos adaptados na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, contudo existem regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias que podem facilitar a comunicação entre ouvintes e surdos. Propõe-se a adaptação curricular dos conceitos de Paisagem Cultural e Paisagem Humanizada, estudadas na disciplina de Geografia para LIBRAS, como forma de possibilitar o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda parte-se de uma proposta pedagógica bilíngue, por oferecer ao professor da sala regular ideias de como adaptar o material, para tornar sua disciplina mais atrativa e compreensível, a partir de uma prática pedagógica eficiente e de encontro à proposta de uma escola inclusiva. O material adaptado foi apresentado a dois alunos da sala de recursos, que apresentaram melhor desempenho na interpretação e desenvolvimento das atividades, visto que estas contam com muitas imagens e a tradução da Língua Portuguesa para Libras para facilitar o entendimento dos alunos.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação Inclusiva, Libras, Deficiência Auditiva, Geografia.

### **1. INTRODUÇÃO**

Há alguns anos, pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram vistas como bizarros, errados, destoantes da sociedade. Suas necessidades não eram levadas em consideração e, muitas vezes, estas pessoas eram escondidas, deixadas de lado por suas próprias famílias sendo considerados incapazes de serem ensinados, foram excluídas da sociedade e muitas vezes tiveram sua sobrevivência prejudicada.

---

<sup>1</sup> Professora da Escola Estadual Professora Esther Medina, da Diretoria de Ensino de Santo André. E-mail: patyTUR76@hotmail.com



<sup>2</sup> Orientadora da Pesquisa\_ Mestranda em Educação, Professora mediadora da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) e Professora em Educação à Distância da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE).

O conhecimento e o ensino lhes eram negado, como por exemplo, aos Deficientes Auditivos que eram impedidos, na maioria das vezes, de se comunicarem por sinais (FELIPE, 2007).

Porém, ninguém é livre se não tiver autonomia de seus atos, de seus pensamentos. Pensar a inclusão na educação significa inserir, dar acesso a algo que estava fora o tornando parte integrante do processo de educação dando condições para que este estudante permaneça nas instituições educacionais. Foi nesse contexto, de buscar incluir os alunos com Deficiência Auditiva no processo de ensino e aprendizagem de Geografia, que esta pesquisa definiu seu objeto de análise.

Quando um professor entra na sala de aula, imagina que seus alunos saibam ler e escrever com competências e habilidades desenvolvidas para aquele ano/série. Na maioria das vezes, não paramos para pensar se nesta turma haverá algum estudante com deficiência ou dificuldade de aprendizado. E, quando isto acontece e não estamos preparados para lidar com o desconhecido, ficamos sem saber como agir e passamos a nos questionar em como faremos para que este estudante aprenda esta ou aquela matéria. Os alunos surdos no ambiente escolar possuem limitação de comunicação com os demais estudantes e professores e pensando nessas questões que envolvem a adequação da linguagem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que possui as suas peculiaridades e semelhanças com a linguagem oral e que devem ser consideradas por todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem do aluno, por expressar ideias sutis, complexas e abstratas e permitindo qualquer tipo de discussão. Neste sentido, Santana (2007) sugere como possibilidade de resolver a questão de optar por uma língua de base visuomanual e outra de base audioverbal, proporcionar a aquisição das duas línguas para o surdo e torná-lo bilíngue.

A linguagem de sinais não é igual em todos os lugares assim, como a linguagem oral que de acordo com as mudanças culturais, tecnológicas e das diferentes “Culturas

Surdas”. Mas, mesmo em tantas “Culturas surdas”, os surdos conseguem se comunicar com mais facilidade com seus pares do que os ouvintes, pois estes possuem uma capacidade maior em desenvolver e aproveitar gestos e pantomimas para a comunicação e, ainda, por estarem sempre muito atentas às expressões faciais e corporais do seu interlocutor e devido a muitos sinais se assemelharem as coisas representadas.

---

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. Universo da Pesquisa**

A coleta de dados ocorreu na Escola Estadual Professora Carlina Caçapava de Melo, onde existe uma sala de recursos para alunos com Deficiência Auditiva. A escola conta ainda com duas intérpretes que auxiliam os alunos Deficientes Auditivos na sala de aula.

A sala de recursos conta com uma professora especialista que atende os alunos Deficientes Auditivos no período da manhã e da tarde, de segunda a sexta feira. Seu trabalho é de auxiliar os alunos Público Alvo da Educação Especial para entender as atividades que são desenvolvidas na sala de aula comum; na sala como materiais pedagógicos existe um computador e impressora, dicionários em Libras, jogos como dominó e da memória em Libras e uma lousa. Foi neste ambiente que a pesquisa se realizou, através da observação da aplicação do material adaptado.

### **2.2. Participantes**

A sala de recursos da Escola Estadual Professora Carlina Caçapava de Melo atende cinco alunos com surdez profunda em dias e horários diferentes. Para realização da pesquisa foram selecionados dois alunos de dezesseis anos que frequentam o primeiro ano do Ensino Médio. Para garantir sua integridade eles foram chamados de aluno 1 e aluno 2. Também participam da pesquisa a professora pesquisadora e a professora Maria Luiza que é especialista em Libras da sala de recursos. O aluno 1 foi diagnosticado com surdez profunda, frequenta a sala de recursos há três anos, não faz uso da oralidade, comunica-se através de Libras, linguagem que começou a aprender desde os quatro anos de idade quando seus pais passaram a frequentar a instituição “A

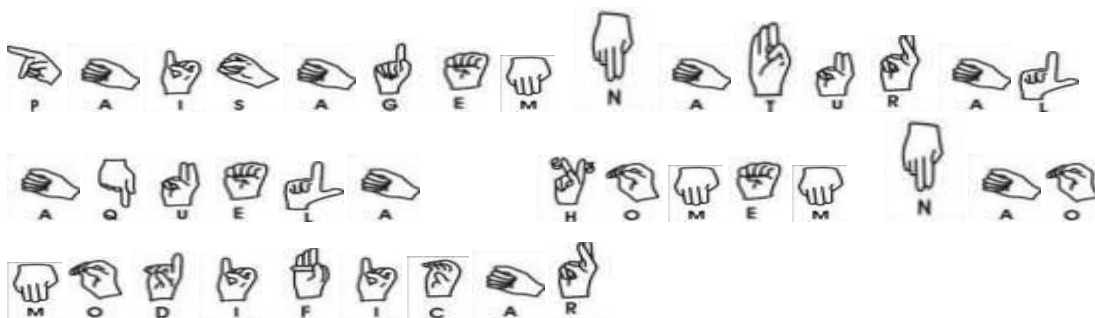
da Vida”, deveria usar a prótese auditiva, porém, quando indagado sobre a prótese, o aluno diz que “não gostar usar saber libras”. Aluno 1 é muito interessado, assíduo, e procura fazer todas as atividades com capricho.

Já o aluno 2 foi diagnosticado com surdez profunda bilateral, frequenta a sala de recursos há quatro anos, não é oralizado e não tem leitura labial; comunica-se através de Libras, porém seu vocabulário é muito restrito; ele gosta de conversar e sua atenção é pouca; se distrai com facilidade dificultando sua aprendizagem.

### 2.3. Instrumentos

Os materiais abaixo, são modelos de atividades de Geografia que foram adaptadas referentes ao conceito de Paisagem Natural , com ilustrações, explicações e comanda das atividades em Libras e Língua Portuguesa.

**P-A-I-S-A-G-E-M N-A-T-U-R-A-L** aquel@ homem não modificar: rio, lago, cachoeira, árvores, montanha.



C-A-C-H-O-E-I-R-A



R-I-O



P-R-A-I-A

5) L-I-G-A-R S-I-N-A-I-P-A-I-S-A-G-E-M C-O-R-R-E-T-A

P-L-A-N-E-T-A T-E-R-R-A

C-A-M-P-O-D-E-F-U-T-E-B-O-L

I-R-V-O-R-E

E-S-C-O-L-A

PROFESSORA PATRICIA DE ARAUJO

Os alunos que participaram da pesquisa se mostraram muito interessados em realizar as atividades propostas, e o fato de haver a presença de imagens, do sinal em Libras e da datilologia em Língua Portuguesa facilitou sobremaneira seu entendimento e aprendizado. A atividade acima foi realizada pelo aluno 1, que não teve dificuldade em compreender o conceito apresentado anteriormente, fazendo a relação entre as imagens e os sinais de forma plenamente satisfatória.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade de grandes diferenças de aprendizagem dos alunos, e como afirma Santana (2007) à pequena existência de escolas especiais de ensino médio para surdos e, ainda, a ausência de universidades com professores que dominam a língua de sinais e/ou interprete em todos os cursos e disciplinas, deve se observar a necessidade



de revisão das Leis que regem a Educação Inclusiva visando sua real aplicabilidade como visa a Declaração de Salamanca, que em seu artigo dois aponta que:

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de sinais como meio de comunicação entre surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de sinais. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdo-cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais em escolas regulares (Declaração de Salamanca, 1994).

A Declaração de Santo Domingo atenta para a necessidade de investimento das pesquisas científicas e do uso da tecnologia pelas diferentes áreas do conhecimento, através da formação docente, que "tem a tarefa essencial de ensinar uma ciência dinâmica (viva, em constante transformação e culturalmente relevante)" estabelecendo ainda ser

“ necessário um fortalecimento institucional, que permita as adequadas formulação, implementação, avaliação e gestão de estratégias e políticas de ciência e de tecnologia. A intervenção do estado é necessária nas áreas onde as deficiências do mercado são óbvias, promovendo mecanismos que assegurem uma ampla participação social. Além disso, é importante definir estratégias de cooperação internacional e de integração regional de ciência e de tecnologia.” (Declaração de Santo Domingo, 1999)

A realidade mostra a existência de legislação, mas, na prática o que acontece são alunos com alto grau de defasagem em sua aprendizagem, visto que nem todos aprendem Libras como primeira língua nos anos iniciais do ensino fundamental devido a fatores como despreparo ou falta de informação da família; abandono; falta de preparo dos professores e equipe gestora; ausência de recursos pedagógicos adequados. Esta



constatação de fracasso escolar é revelada também pelo MEC que aponta a necessidade de mudanças no sistema regular de ensino.

“Constata-se, entretanto, que apesar do atendimento educacional integrado, os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover, com qualidade, a real inclusão do surdo no sistema regular de ensino. Este fato decorre, sobretudo, das inúmeras dificuldades encontradas no processo educativo desse aluno, principalmente no que se refere à utilização da Língua Portuguesa escrita, da Língua Brasileira de Sinais – Libras, sua interpretação e recursos específicos necessários para o acesso ao saber pedagógico e, conseqüentemente, para o progresso e sucesso na educação acadêmica” (BRASIL, 2001, p. 04-05).

Pode-se observar que esta questão de adaptação curricular ao aluno Público Alvo da Educação Especial é muito complexa, principalmente quando esta é realizada pelo professor especialista da sala de recursos, que é especialista em Libras e não em Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Física, Química, entre outras disciplinas que compõem a matriz curricular. De acordo com os relatos da professora Maria Luiza “o que é ensinado pelos professores da sala regular, na maioria das vezes, não faz sentido aos alunos pesquisados, pois o que é ensinado não faz parte de sua realidade. Ao invés de fazerem cópias da lousa e atividades descontextualizadas e de difícil compreensão do caderno do aluno, os professores da sala regular deveriam focar na necessidade de aprendizagem destes alunos”. Como exemplo, cita uma atividade que foi solicitada pelo professor de Língua Portuguesa onde eles deveriam criar um poema. “O mais correto neste caso, diz a professora Maria Luiza, seria o professor realizar uma sondagem com o aluno, a fim de saber de que ponto deve partir ao ensinar a Língua Portuguesa – como segunda Língua – suprimindo sua necessidade de aprendizagem” Neste sentido, verifica-se que:

“ O conhecimento da Língua Portuguesa vai ser ampliado se o professor, ao interpretar textos, aproveitar para mostrar aos alunos como um conteúdo em Língua de Sinais é expresso em português” (PEREIRA, 2009).





Assim sendo, conclui-se que a adaptação e aplicação deste material demonstram à necessidade de um planejamento de todas as disciplinas voltado as necessidades do aluno Público Alvo da Educação Especial. Ao verificar-se que a Língua de Sinais tem as mesmas funções que a Língua Oral tem para os ouvintes, podemos considerar que:

“ É imprescindível a interação permanente entre professor de classe comum, interprete em libras e o professor especializado. Desse modo, é possível a identificação das potencialidades e necessidades educacionais dos alunos surdos da escola mediante avaliação pedagógica. Para tanto, faz-se necessário um planejamento com o apoio do coordenador pedagógico a fim de que implementações, estratégias de flexibilização, adaptação curricular, formas diversificadas de avaliar e práticas pedagógicas alternativas possam ser realizadas” (ALBRES, 2010).

Uma proposta que poderia suprir as necessidades e defasagem destes alunos seria a criação de um Projeto Pedagógico voltado para a aprendizagem destes alunos, para que todos os professores, mediante uma sondagem prévia sobre o que o aluno sabe de sua matéria, e com o auxílio da professora especialista em Libras, adaptariam seus conteúdos para utilizar recursos da Tecnologia Assistiva como imagens, cartazes, jogos, pesquisas realizadas em jornais, revistas e internet despertando a cooperação e a troca de informações entre os alunos e professores, ou seja, a comunidade escolar. Albres (2010) relata que, diretor, coordenador pedagógico, interprete, professor da classe comum e de sala de recursos devem prover o apoio e serviços necessários que assegurem aos alunos surdos a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a Língua de Sinais.

Verifica-se, a partir desta pesquisa que proporcionou a professora pesquisadora uma visão mais abrangente do ensino a alunos com Deficiência Auditiva, que estas reflexões levam a observar que ainda há muito que ser feito para que se consiga atingir





realmente as necessidades educacionais especiais dos alunos Público Alvo da Educação Especial, que podem ser favorecidos a partir de iniciativas como a criação do material adaptado utilizado, para permitir uma exploração de suas potencialidades, transformando-os efetivamente em cidadãos participativos da vida social, política e econômica de seu país.

## **REFERÊNCIAS**

ALBRES, Neiva de Aquino. **Surdos & Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2010.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)>. Acessado em: 08 de abril de 2015.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acessado em: 08 de abril de 2015.

BRASIL. MEC - Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, 2001b

FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto: Curso Básico**: Livro do Estudante. 8ª edição. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org). **Leitura, escrita e surdez. Secretaria da Educação**. CENP/CAPE. 2ª edição. São Paulo: FDE, 2009.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007



SANTO DOMINGO. **Declaração de Santo Domingo - A CIÊNCIA PARA O SÉCULO XXI: uma visão nova e uma base de ação Conferência Mundial sobre Ciência.** UNESCO, 1999. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>. Acessado em: 20/10/2015

TELES, Margarida Maria. SOUZA, Verônica dos Reis Mariano Souza. **Língua brasileira de sinais – LIBRAS.** São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/cursoraizes/lingua-brasileira-desinaislibras>>. Acessado em: 08 de abril de 2015.